jornalodebate@jornalodebate.com.br
redacao@jornalodebate.com.br

O Debate do Maranhão



41 anos
Um jornal que tem história.
Novo Email: redacao@jornalodebate.com.br

Ano 41 - Edição 13.126 | 15 de Agosto de 2024 - Quinta - Feira - São Luís - MA | R$ 2,00

OMS declara mpox como emergência em saúde pública global

Este é o mais alto nível de alerta da organização

Pag. 2

SES e Ministério da Saúde dialogam sobre otimização do diagnóstico da tuberculose no Maranhão

Pag. 5

EMAP realiza 1º Prêmio Porto do Itaqui de Destaque Compliance: reconhecimento à excelência em conformidade

Pag. 8

Teatro Arthur Azevedo recebe concerto sinfônico em celebração aos 50 anos de relações diplomáticas entre China e Brasil



Pag. 6

Brandão celebra retomada do crescimento do Ideb da rede pública estadual

Pag. 3

Nova Indústria Brasil ganha mais crédito e novos parceiros

Pag. 7

LOTERIAS
02 04 05 06 08
10 12 13 15 16
17 18 19 20 21

COTAÇÕES
Dólar - R$ 5,5
Dólar turismo - R$ 5,539
Euro - R$ 6,019
Euro turismo - R$ 6,01

TEMPO
27°C

MARÉS
5:46 - 18:02
0:15 - 5,7 m
6:41 - 0,7 m
12:49 - 5,6 m



FALE CONOSCO: (98) 98860 0388

O Debate
do Maranhão

DPU atua para impedir restrições no julgamento da anistia coletiva da Faferj

A Defensoria Pública da União (DPU) impetrou um mandado de segurança preventivo junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) em defesa da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj). A ação visa a assegurar, por meio de pedido liminar, que o julgamento do pedido de anistia coletiva da Faferj, agendado para o dia 23 de agosto de 2024, ocorra sem as restrições propostas pela Advocacia-Geral da União (AGU). A federação, que teve dirigentes presos e foi considerada subversiva, busca reparação por perseguição no período da ditadura militar no Brasil.

Em parecer recente no curso de outro processo de anistia coletiva, a AGU defendeu limitar a capacidade da Comissão de Anistia e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH) em emitir recomendações reparatórias. Na ocasião, o órgão orientou que futuras concessões de anistia coletiva não incluíssem recomendações e propôs a alteração do art. 16 do Regimento Interno da Comissão de Anistia. Para a AGU, falta previsão legal para que a Comissão de Anistia e o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania determinem formas de reparação ou façam recomendações a outros órgãos e empresas privadas.

No mandado de segurança, a DPU argumenta que as restrições não apenas ameaçam comprometer o alcance das reparações, mas também interferem indevidamente na autonomia ministerial para a elaboração de políticas eficazes de justiça de transição - o conjunto de medidas, judiciais ou não, adotadas para enfrentar o passado de ditadura.

De acordo com a DPU, a Faferj tem o direito de ver seu pedido de anistia julgado segundo os parâmetros legais estabelecidos pela Constituição Federal; pela Lei nº 10.559/2002, a qual instituiu a Comissão de Anistia; e pela Lei nº 14.600/2023, que traz a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios. Esses parâmetros conferem ao ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania a liberdade necessária para orientar, coordenar e promover políticas de defesa dos direitos humanos, incluindo a formulação de recomendações a outros órgãos públicos com base nas constatações da Comissão de Anistia.

Bruno Arruda, defensor público federal e coordenador executivo do Observatório da DPU para Memória, Verdade e Justiça de Transição, destaca a importância de assegurar essa autonomia:

"Este mandado de segurança busca proteger a capacidade do ministro de Direitos Humanos, Silvio Almeida, de exercer plenamente suas atribuições, garantindo a elaboração da melhor política de direitos humanos no campo da justiça de transição. Limitar essa autonomia, como quer a AGU, seria prejudicial para a efetividade das reparações e para a justiça que as vítimas da ditadura merecem", afirma.

Comissão de Anistia

O programa reparatório referente às violações de direitos humanos ocorridas durante o regime ditatorial no Brasil foi regulamentado pela Lei nº 10.559/2002, a qual instituiu a Comissão de Anistia. O órgão de assessoramento direto e imediato do ministro de Direitos Humanos e da Cidadania tem a finalidade específica de analisar os requerimentos de anistia que tenham comprovação inequívoca dos fatos relativos à perseguição sofrida, de caráter exclusivamente política, bem como emitir parecer opinativo sobre os requerimentos de anistia.

Na ação enviada à Justiça, o defensor destaca ainda que a reparação desempenha um papel preventivo fundamental.

"Ao estabelecer medidas concretas de reparação, o Estado não apenas reconhece os erros do passado, mas também se compromete a não repetir essas violações. Isso fortalece a cultura de respeito aos direitos humanos, essenciais para a estabilidade e o desenvolvimento democrático."

Fonte: Defensoria Pública da União (DPU)

OMS declara mpox como emergência em saúde pública global

Este é o mais alto nível de alerta da organização.

- A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou nesta quarta-feira (14) que o cenário de mpox no continente africano constitui emergência em saúde pública de importância internacional em razão do risco de disseminação global e de uma potencial nova pandemia. Este é o mais alto nível de alerta da entidade.
- Em coletiva de imprensa em Genebra, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, destacou que surtos de mpox vêm sendo reportados na República Democrática do Congo há mais de uma década e que as infecções têm aumentado ao longo dos últimos anos.
- Em 2024, os casos já superam o total registrado em 2023 e somam mais de 14 mil, além de 524 mortes.
- "A OMS vem trabalhando para conter os surtos de mpox na África e alertando que o cenário é algo que deve preocupar a todos nós. Na semana passada, convoquei o comitê de emergência para avaliar a situação na República Democrática do Congo e em outros países na África. Hoje, o comitê se reuniu e informou que, em sua visão, a situação constitui emergência em saúde pública de importância internacional."
- Tedros lembrou que o Centro de Controle e Prevenção de Doenças africano (CDC



África) já havia declarado o cenário de mpox na região como emergência em saúde pública de segurança continental. O anúncio foi feito ontem (13) pelo diretor-geral da entidade, Jean Kaseya, ao citar a rápida transmissão da doença na África.
- "Aceitei a recomendação do comitê. A detecção e a rápida disseminação de uma nova variante de mpox na República Democrática do Congo, a detecção dessa mesma variante em países vizinhos que não haviam reportado casos da doença anteriormente e o potencial de disseminação em toda a África e além são muito preocupantes", disse Tedros.

"Está claro que uma resposta internacional de forma coordenada é essencial para interromper esses surtos e salvar vidas. Uma emergência em saúde pública de importância internacional é o mais alto nível de alarme na legislação sanitária", concluiu.

Primeira emergência

Em maio de 2023, quase uma semana após alterar o status da covid-19, a OMS declarou que a mpox também não configurava mais emergência em saúde pública de importância internacional. Em julho de 2022, a entidade havia decretado status de emergência em razão do surto da doença em diversos países.

"Assim como com a covid-19, o fim da emergência não significa que o trabalho acabou. A mpox continua a apresentar desafios de saúde pública significantes que precisam de resposta robusta, proativa e sustentável", declarou, à época, o diretor-geral da OMS.

"Casos relacionados a viagens, registrados em todas as regiões, demonstram a ameaça contínua. Existe risco, em particular, para pessoas que vivem com infecção por HIV não tratada. Continua sendo importante que os países mantenham sua capacidade de teste e seus esforços, avaliem os riscos, quantifiquem as necessidades de resposta e ajam prontamente quando necessário", alertou Tedros em 2023.

A doença

A mpox é uma doença zoonótica viral. A transmissão para humanos pode ocorrer por meio do contato com animais silvestres infectados, pessoas infectadas pelo vírus e materiais contaminados. Os sintomas, em geral, incluem erupções cutâneas ou lesões de pele, linfonodos inchados (ínguas), febre, dores no corpo, dor de cabeça, calafrio e fraqueza.

As lesões podem ser planas ou levemente elevadas, preenchidas com líquido claro ou amarelado, podendo formar crostas que secam e caem. O número de lesões pode variar de algumas a milhares. As erupções tendem a se concentrar no rosto, na palma das mãos e na planta dos pés, mas podem ocorrer em qualquer parte do corpo, inclusive na boca, nos olhos, nos órgãos genitais e no ânus.

Fonte: Agência Brasil/Edição: Juliana Andrade

CCJ do Senado aprova projeto com mais critérios para prisão preventiva

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei 226/2024 que estabelece critérios para aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública, para a decretação de prisão preventiva.

A prisão preventiva, que não tem prazo de duração, é decretada antes de concluída a investigação e o julgamento, quando o acusado apresenta risco à segurança pública.

O novo texto inclui no artigo 312 do Código de Processo Penal mais critérios que devem ser observados pelo juiz para decretar a prisão preventiva: I - o modus operandi, inclusive quanto ao uso reiterado de violência ou grave ameaça à pessoa ou quanto à premeditação do agente para a prática delituosa; II - a participação em organização criminosa; III - a natureza, quantidade e variedade de drogas, armas ou munições apreendidas; IV - o fundado receio de reiteração delitiva, inclusive à vista da existência de outros inquéritos e ações penais em curso.

A lei determina ainda que os novos critérios devem ser avaliados, obrigatoriamente, durante a audiência de custódia e antes de se decretar liberdade provisória ou a prisão preventiva. A audiência de custódia é obrigatória para casos de pessoas presas em flagrante para que se analise a legalidade da prisão.

O autor do projeto, ex-senador e atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, justifica a mudança na lei argumentando que a inclusão desses critérios é necessária para ajudar o juiz a definir, com mais precisão, quando um preso é, ou não, de alta periculosidade, e quando sua liberdade pode trazer riscos à sociedade.

"Almeja-se evitar a análise superficial ou 'mecânica' dos requisitos, o que gera agudos questionamentos sociais e institucionais, sobretudo quando as mesmas pessoas são submetidas a sucessivas audiências de custódia e daí resultam deferimentos "automáticos" de seguidas liberdades provisórias, impactando negativamente no resultado útil da atividade policial", argumenta Flávio Dino em seu relatório.

O projeto de lei ainda estabelece que não é permitida a decretação da prisão preventiva "com base em alegações de gravidade abstrata do delito, devendo ser concretamente demonstrados a periculosidade do agente".

Divergência

O relator do projeto da CCJ, senador Sérgio Moro (União/PR), incluiu novos dispositivos no texto, que foram questionados por senadores, a exemplo da obrigatoriedade de se colher material biológico do perfil genético do preso em flagrante por crimes com violência, grave ameaça contra pessoa, crime sexual ou que integre organização criminosa.

"A extração do perfil genético consiste em mecanismo poderoso para investigação criminal, tanto para identificar o autor do crime como para exonerar o inocente", justificou o senador Sérgio Moro. De acordo com o proposto, o material deve, preferencialmente, ser coletado na audiência de custódia ou até 10 dias depois.

O senador Fabiano Contarato (PT/SE) avaliou que a exigência de se coletar material biológico na audiência de custódia pode ser inviável. "Isso tem que ser feito? Ótimo, vai ser feito. Mas talvez não seja o momento adequado, porque não vai ter como viabilizar condições para operacionalizar esse instituto aqui de coleta de material biológico", contestou.

Fabiano Contarato justificou que, como era contrário a apenas um ponto de texto, votou favoravelmente ao projeto por concordar com os demais artigos.

Aprovado em caráter terminativo na CCJ, o projeto deveria seguir para análise da Câmara dos Deputados sem precisar passar pelo plenário do Senado. Porém, devido à divergência em relação ao recolhimento do material genético do preso, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT/BA), disse que vai apresentar recurso para levar o tema ao plenário do Senado.

Edição: Fernando Fraga/Agência Brasil

Fundado em 24 de maio de 1983

O Debate do Maranhão

Correspondências enviar para Rua das Pêgas, Q. 9, Casa 17, Jd. Renascença II - São Luís (MA) - CEP.: 65075330

Editora/Diretora Geral: **Fátima Ribeiro**
Editor do Site: **Flávia Bittencourt**
Diretor de Marketing: **Alípio Moraes**

E-mail: **jornalodebate@jornalodebate.com.br**
Site: **www.jornalodebate.com.br**
Whatsapp: **(98) 98860 - 0388**

Departamento Comercial: **(98) 98146 - 5009**
Observação
A redação se reserva ao direito de deixar de publicar matéria não solicitada

O Debate do Maranhão jornalodebate.com.br Acesse. Compartilhe.

Bate Rebate

NETO EVANGELISTA RESSALTA PARCERIA ENTRE GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL PARA AMPLIAÇÃO DA CONECTIVIDADE NO MARANHÃO



Na sessão plenária desta quarta-feira (14), o deputado estadual Neto Evangelista (União Brasil) destacou a parceria institucional entre os governos Federal e Estadual que tem contribuído diretamente para a ampliação da conectividade em todo o estado do Maranhão. Como exemplo desse trabalho, o parlamentar citou o evento realizado na segunda-feira (12), no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís, em que o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, fez a entrega de 6.207 chips de celular do programa Internet Brasil para 28 escolas da Região Metropolitana de São Luís, além de 2.080 computadores e 600 notebooks, dentro do programa Computadores para Inclusão, que serão distribuídos a escolas públicas do Maranhão. O parlamentar destacou que, na presença do governador Carlos Brandão (PSB) e do vice-governador Felipe Camarão (PT), também foram anunciados investimentos para ampliar a infraestrutura de telecomunicações. Serão 18 municípios maranhenses que serão beneficiados com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). "Isso é muito importante, pois não há como se falar hoje em desenvolvimento social ou desenvolvimento intelectual se não houver conexão à rede de internet de qualidade", afirmou. Agência Assembleia/ Foto: Biaman Prado

CÂMARA MUNICIPAL REALIZA SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM A DOM GILBERTO PESTANA



A Câmara Municipal de São Luís realizou, nesta terça-feira (13), uma sessão solene no Plenário da Casa Legislativa para a entrega da Moção de Aplausos ao arcebispo da Arquidiocese de São Luís, Dom Gilberto Pestana. A cerimônia, proposta pelo vereador Daniel Oliveira (PSD), reconheceu a coordenação exemplar do religioso, durante solenidade de Corpus Christi, realizada em maio deste ano no Estádio Nhozinho Santos.

A sessão solene foi marcada por momentos de emoção e reflexão, reafirmando o compromisso da Câmara Municipal com o reconhecimento das contribuições significativas para a vida religiosa e comunitária da cidade. No evento, presença de autoridades, membros da comunidade e fiéis, que prestigiaram a homenagem ao arcebispo, destacando seu papel na organização e condução de um dos mais importantes eventos religiosos do calendário litúrgico da cidade. Fonte: Câmara Municipal de São Luís.

LIRA DIZ QUE ATO MONOCRÁTICO DO STF NÃO PODE MUDAR PRERROGATIVA DO CONGRESSO SOBRE EMENDAS



presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a decisão monocrática do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino de limitar a execução das chamadas "emendas Pix" não pode tirar do Congresso o poder constitucional sobre emendas parlamentares. Segundo Lira, o Parlamento tem o poder constitucional de garantir suas prerrogativas estabelecidas em cláusulas pétreas.

"Emenda Pix" é o nome pelo qual ficaram conhecidas as emendas orçamentárias individuais que repassam os recursos diretamente a estados, Distrito Federal e municípios, sem uma indicação específica de destinação.

Ao participar do 32º Congresso Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, Lira ressaltou a importância desses recursos para a prestação dos serviços de saúde pública no País.

Ontem os presidentes das comissões de Desenvolvimento Econômico e de Finanças da Câmara também criticaram os questionamentos de Flávio Dino, diz Lira. Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Brandão celebra retomada do crescimento do Ideb da rede pública estadual

A rede pública do Maranhão registrou melhorias nos indicadores educacionais com relação ao retorno do crescimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O governador Carlos Brandão comemorou a retomada dos avanços da educação estadual, que atingiu a pontuação 3,7 de acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), nesta quarta-feira (14).

Esse resultado é concernente ao maior Ideb já registrado na história das escolas da rede pública estadual maranhense, demonstrando um crescimento de 32% em relação ao indicador de 2013. A partir de 2015, o Ideb da rede estadual vem crescendo de forma consistente, superando os desafios impostos pela pandemia da covid-19, entre 2020-2021, e reforçando o compromisso do estado com a educação de qualidade.

Brandão celebrou o resultado, destacando que a conquista só foi possível graças ao esforço conjunto entre União, estado e municípios. "Esse crescimento é fruto do nosso empenho em transformar a educação no Maranhão. Continuamos reformando escolas, ampliando a rede de ensino em tempo integral, investindo no combate ao analfabetismo e no transporte estudantil, por meio de programas como o Cartão Transporte Universitário. Além disso, os recursos dos precatórios do Fundef têm sido fundamentais para fortalecer o nosso trabalho, garantindo os direitos dos nossos professores", afirmou.



Governador Carlos Brandão

O ministro da Educação, Camilo Santana, também reconheceu o esforço coletivo. "Quero agradecer pelo esforço de todas as redes municipais e estaduais, professores, gestores e comunidade escolar pelo trabalho realizado em todo o Brasil. Sabemos das desigualdades regionais e o papel do MEC é de articulador e indutor das políticas, mas quem está na ponta da execução merece o reconhecimento pelo seu esforço para fazer uma educação de qualidade no Brasil", destacou.

De acordo com Manuel Palácios, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pelo Ideb, os indicadores registram avanços na educação do país. "Esta é uma história que a educação brasileira pode comemorar. Há muitas desigualdades que precisam ser enfrentadas, como a alfabetização, mas êxitos como estes precisam ser celebrados", comentou.

O secretário da Educação do Maranhão, em exercício, Anderson Lindoso, também frisou a importância da retomada de crescimento para o estado. "Mais uma conquista histórica para o Maranhão. Retomamos a trilha de crescimento pós-pandemia com excelentes reflexos da Cooperação Federativa entre os entes, sobretudo estados e municípios atuando de forma alinhada. Esse resultado demonstra que estamos no caminho certo. As redes devem fortalecer as estratégias e permanecer focados no desenvolvimento de cada segmento", avaliou.

A retomada do crescimento do Ideb no Maranhão reflete o compromisso do governo em proporcionar uma educação pública de qualidade que prepare os estudantes para um futuro promissor e contribua para o desenvolvimento social e econômico do estado.

Mais ações

Desde o início de seu mandato, o governador Carlos Brandão tem mantido e ampliado as ações educacionais em todo o estado, a fim de garantir a retomada da qualidade do ensino após as limitações da pandemia da covid-19. Por meio da parceria com o presidente Lula, o governo do Maranhão garantiu, por exemplo, a continuidade das obras de reforma de escolas pelo programa Novo PAC.

Além disso, há perspectivas de reforçar o combate ao analfabetismo com a adesão do estado ao compromisso com programa Criança Alfabetizada, do Governo Federal, e o lançamento do Maranhão Alfabetizado, anunciados por Brandão em abril deste ano. O Maranhão apresentou a maior variação de crescimento em alfabetização de crianças, saindo da 23ª posição em 2019, para a décima em 2023. É o terceiro melhor desempenho da região Nordeste, atrás somente de Ceará e Pernambuco, segundo do relatório do Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada, por meio do Inep. Em números percentuais, o Maranhão subiu de 33,1% em 2019, para 56% em 2023, variação positiva de 22,9%.

Outra ação importante realizada foi a entrega de mais de cinco mil unidades do Cartão Transporte Universitário, beneficiando estudantes da capital e dos municípios do interior do estado, com bolsas no valor de R$ 400,00 e R$ 800,00, a fim de auxiliar nas despesas de deslocamento dos estudantes, contribuindo com a renda familiar e ajudando a combater a evasão escolar.

A ampliação das redes de ensino integral (Centros Educa Mais) e de colégios militares, que devem chegar a 150 municípios, tem também ampliado o acesso à educação de qualidade e garantido escolas melhores em todas as regiões do Maranhão.

Essas medidas têm sido tratadas com prioridade pelo governo Brandão, que segue inaugurando escolas por todo o estado e destinando recursos para a pesquisa, inovação e ensino superior, incluindo a qualificação de professores das redes municipais de ensino por meio da Escola de Governo do Maranhão. Fonte: Secom
Fotos: Divulgação

MPF obtém sentença que obriga o município de Matões do Norte (MA) a revisar cadastros do Bolsa Família

O Ministério Público Federal (MPF) obteve sentença que obriga o município de Matões do Norte, no interior do Maranhão, a tomar providências para revisar cadastros dos benefícios do Programa Bolsa Família de pessoas listadas em informações fornecidas pela Caixa Econômica Federal (CEF), que apontam indícios de irregularidades cadastrais. A Justiça Federal determinou que os cadastros sejam revisados mediante visita prévia às famílias beneficiárias, com foco especial na caracterização do requisito de renda per capita vinculado à situação de pobreza e miserabilidade.

De acordo com a sentença, o município deve cancelar os benefícios com irregularidades e dar publicidade aos resultados obtidos e às medidas adotadas, informando à Justiça os CPF's dos beneficiários cujo benefício foi cancelado. Será aplicada multa de R$ 1 mil para cada dia de descumprimento da determinação.

Irregularidades - Na ação civil pública proposta pelo MPF na Justiça Federal, ao todo, foram identificados, por meio do "Projeto Raio-X Bolsa Família", 64 benefícios com indícios de irregularidades, sendo eles relativos a 7 servidores com família menor ou igual a quatro pessoas, 1 doador de campanha em valores superiores aos recebidos, 55 empresários e 1 pessoa falecida. Segundo consta no documento, o MPF expediu uma recomendação orientando ao município para que regularizasse pendências na execução do Programa Bolsa Família, concedendo o prazo máximo de 60 dias para regularização da situação. No entanto, não obteve resposta do município.

Após um levantamento da Caixa Econômica Federal (CEF), foram encontrados 28 benefícios com indícios de fraude ainda ativos, sendo eles de 2 servidores com família menor ou igual a quatro pessoas, 1 doador de campanha em valores superiores aos recebidos e 25 empresários. O MPF destaca que a principal inconsistência verificada nessa apuração relaciona-se com a presença de sinais exteriores de riqueza em beneficiários do programa, o que desqualifica os mesmos a permanecerem no Bolsa Família.

Saiba mais – O projeto Raio-X Bolsa Família, promovido pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, dedicada ao combate à corrupção, identificou, a partir de ferramenta de inteligência desenvolvida pela própria instituição, quatro perfis suspeitos de beneficiários: falecidos, servidores públicos, doadores de campanha e empresários.

O levantamento, de abrangência nacional, é inédito porque não parte da autodeclaração de renda do cidadão, mas da análise do cruzamento de dados públicos fornecidos por diversas instituições, como Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Receita Federal e o próprio Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc). Ação Civil Pública nº 1003871-18.2017.4.01.3700.

Fonte: Assessoria de Comunicação do MPF

Coluna Top Social
Willian Santos
williansantos@jornalodebate.com.br
O Debate do Maranhão

William Santos realiza a 1° edição do Feijão Top em comemoração aos 10 anos do Programa Top da Tv BAND MA

O apresentador e colunista social William Santos celebrará os 10 anos do programa Top da TV BAND Maranhão canal 15 com um evento especial no dia 18 de agosto ás 13h no Green Palece Buffet no Olho D' Água. Intitulado "Feijão Top". o encontro promete uma experiência única e marcante para os participantes, patrocinadores, imprensa, amigos e familiares.

Organizado pela WS Entretenimento e Marketing, o Feijão Top contará com ás atrações do Pagode do Ivan, Lúcio Cordas e Mari Cordas, Thaís Moreno, Sonaly Sol e o cantor Jotapê. Veja os destaques:



William Santos - Apresentador



Pagode do Ivan



Sonaly Sol - Cantora



Mari Cordas e Lúcio Cordas



DJ André Pinheiro



Thaís Moreno - Cantora

O Debate do Maranhão
jornalodebate.com.br Acesse. Compartilhe.

Terceiro suspeito pelo homicídio de Josival Cavalcanti, o Pacovan, é transferido para São Luís

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) transferiu, nesta quarta-feira (14), para a capital São Luís, o terceiro suspeito preso pelo homicídio de Josival Cavalcanti da Silva, conhecido como Pacovan, ocorrido em junho, em Zé Doca, região do Alto Turi. Detalhes sobre a prisão do homem e o suposto envolvimento foram informados durante entrevista coletiva na sede da secretaria, localizada na Vila Palmeira.

O suspeito foi preso em Juazeiro do Norte (CE) no último dia 8. Contra ele, havia um mandado de prisão temporária. A prisão foi efetuada em ação conjunta da Polícia Civil do Maranhão, por meio Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), e Polícia Civil do Ceará.

Maurício Martins, secretário da Segurança Pública, disse que a prisão do suspeito e a transferência dele para o Maranhão representam um avanço nas investigações. "Com a prisão de um terceiro suspeito no Ceará, que já foi trazido para o Maranhão, avançamos mais um passo na investigação da morte de Pacovan. A presença dele aqui facilitará a condução dos próximos procedimentos. Seguiremos trabalhando firme para a elucidação desse caso".

"A Polícia Civil segue forte no sentido de dar respostas à sociedade sobre esse crime. A prisão de mais um suspeito reflete o compromisso que temos quanto à elucidação do caso. Vamos seguir intensificando as investigações para que possamos chegar a outros suspeitos de participação direta e indireta no crime", completou o delegado-geral da Polícia Civil do Maranhão, Manoel Almeida Neto.

O homem detido e transferido para o Maranhão é natural de Juazeiro do Norte, onde possui uma empresa especializada em manutenção de veículos. O primeiro suspeito preso também tem familiares na região. Os policiais chegaram até ele com o apoio do serviço de Inteligência, após o suspeito ameaçar testemunhas por meio de ligação telefônica.

"Três dias após o crime, uma testemunha recebeu ligação telefônica ameaçadora de um dos envolvidos dizendo que sabia onde ele morava e recomendou que a pessoa ficasse calada, pois, ao contrário, poderia acontecer algo com a sua família. Essa ligação foi feita de um número privado. Com o apoio da inteligência da Polícia Civil, descobrimos que o número pertencia a esse indivíduo de Juazeiro do Norte que tinha relação com o primeiro preso", elencou o delegado George Marques, titular da SHPP.

Conforme Jeffrey Furtado, delegado à frente do caso, desde que foi preso, o suspeito apresentou várias versões sobre sua ligação com o outro envolvido, também preso, e sobre o crime em si.

"Quando foi ouvido pela Polícia Civil do Ceará e mesmo durante a viagem, o suspeito apresentou versões diferentes dos fatos. Assim, nesta quarta ainda ele será interrogado sobre sua participação no crime, para avançarmos com a investigação", destacou lembrando que, após a oitiva, o indivíduo será levado para o Complexo Penitenciário São Luís, em Pedrinhas, onde os outros dois suspeitos também estão presos.

O homem foi preso mediante mandado de prisão temporária, que tem validade de 30 dias. A prisão dele, no entanto, pode ser prorrogada ou convertida em preventiva conforme a análise de novos elementos.

Relembre

No dia 10 de julho, a Polícia Civil do Maranhão prendeu um casal por suposto envolvimento no assassinato do empresário Josival Cavalcanti da Silva. A mulher é ex-sócia de Pacovan. A prisão foi efetuada em um hotel localizado na Avenida Litorânea, em São Luís.

O caso

Josival Cavalcanti da Silva, conhecido como Pacovan, foi assassinado a tiros no dia 14 de junho deste ano. Ele estava na conveniência de um posto de combustíveis de sua propriedade, em Zé Doca, quando dois homens em um veículo modelo Siena, de cor preta, realizam disparos de arma de fogo contra ele, que foi a óbito no local. Um funcionário também foi ferido durante a ação criminosa.

Após o crime, os bandidos incendiaram o carro que foi usado na ação. O veículo foi encontrado em uma estrada vicinal do município onde o crime ocorreu. De acordo com a polícia, um outro carro, modelo Hilux, também de cor preta, fez o resgate dos criminosos. Os dois veículos foram comprados pelo companheiro da ex-sócia de Pacovan.

Segundo a Polícia Civil do Maranhão, o crime teria sido motivado por um desvio de dinheiro cometido pela ex-sócia do empresário. Ele teria descoberto a irregularidade e estava exigindo a devolução dos valores. A vítima foi assassinada no dia em que deveria descontar um dos 12 cheques no valor de R$ 150 mil cada que ela teria oferecido como pagamento. O montante total do desvio é estimado em cerca de R$ 3 milhões.

Carreta da Defensoria Pública e parceiros levam serviços à população de Maracaçumé



A Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) encerra nesta quinta-feira, 15, a ação do projeto "Inclusão e Cidadania Sobre Rodas" no município de Maracaçumé, cerca de 457 km de distância de São Luís. Desta terça (13), a Carreta dos Direitos tem ofertado uma série de serviços para a população da região. Apesar de já estar presente com um Núcleo na cidade, o serviço itinerante reforçou o atendimento local, principalmente, no combate ao sub-registro.

A Carreta dos Direitos e parceiros institucionais estão atendendo em frente à Escola Municipal Nancy Fróes, das 8h às 16h. Além da Defensoria Pública do Estado, também estão presentes a Defensoria Pública da União, Equatorial, Procon, Arpen (Cartório local), INSS, Secretarias de Desenvolvimento Social e de Saúde, além da Secretaria de Estado da Fazenda. Na ocasião, também são oferecidos exames de DNA para reconhecimento de paternidade, por meio da Central de Provas da Defensoria, como parte da campanha nacional "Meu Pai tem Nome".

A defensora pública e diretora de Assuntos Institucionais e Estratégicos da DPE/MA, Débora Alcântara, lidera a caravana e reforça a importância dos serviços para a população local. "São três dias de muito trabalho para garantir aos moradores de Maracaçumé mais cidadania, mais direitos e mais dignidade. Essa força-tarefa é o reflexo do esforço coletivo de todos que contribuem para a ação ser um sucesso. É de extrema relevância a Defensoria se fazer presente próximo do assistido, por isso estamos aqui nesses dias", afirmou Débora Alcântara.

Também participaram da ação, em Maracaçumé, os defensores públicos Marcos Fort e Jorge Bruno Barbosa, titulares dos Núcleos da DPE em Alcântara e Santa Luzia do Paruá, respectivamente. Já no primeiro dia de atendimento da Carreta dos Direitos, foi realizado um divórcio consensual de forma remota, pois uma das partes reside no exterior. Em tempo real, por meio da internet, foi homologado o procedimento já que ambas as partes decidiram pelo divórcio.

Além da carreta, também foi utilizado o prédio da Escola Municipal Nancy Fróes, onde se concentraram as atividades dos parceiros. "Foi muito bom a Defensoria ter vindo com essa carreta aqui para a nossa cidade. A gente consegue resolver até mais de um problema de uma só vez", explicou dona Maria da Conceição, moradora da zona rural do município.

Fonte: Assessoria de Comunicação/DPE

SES e Ministério da Saúde dialogam sobre otimização do diagnóstico da tuberculose no Maranhão

Para obter o aprimoramento das ações de controle da Tuberculose (TB), a Secretaria de Estado da Saúde (SES) recebeu representantes do Ministério da Saúde. O eixo central da visita feita ao Instituto Oswaldo Cruz/Laboratório Central do Maranhão (IOC/LACEN-MA), no período de 12 a 14 de agosto, foi a implementação da rede de diagnóstico laboratorial visando o monitoramento das ações e planejamento conjunto para o período de 2025.

"Nós entendemos que a discussão de fortalecimento da rede é extremamente importante e o apoio do Ministério da Saúde na coordenação de todos esses processos é salutar. Por isso, o nosso objetivo é melhorar as respostas às emergências de saúde pública em nosso estado, em especial as de Tuberculose, a partir do fortalecimento da vigilância à doença em seus vários aspectos e necessidades de intervenções", disse o diretor geral do IOC/LACEN-MA, Lídio Gonçalves.

A agenda foi dividida em dois momentos: o primeiro realizado na segunda-feira (12), destinado à apresentação dos fluxos, inserção de novas tecnologias e aproximação com a equipe de profissionais; e o segundo, para visita técnica aos setores do IOC/LACEN-MA para o acompanhamento e avaliação das atividades de controle da TB no estado.

A programação acontece em todos os laboratórios centrais situados no país, os quais estão divididos em quatro regionais com as suas respectivas referências laboratoriais para TB. O Maranhão integra a quarta regional juntamente com os estados do Piauí, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo como referência o LACEN-DF.

A representante da Coordenação Geral de Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB) do Ministério da Saúde e ponto focal da Tuberculose e da Hanseníase, Karen Machado Gomes, afirmou que o momento integra uma agenda de visitas periódicas e aproveitou para apresentar as alterações de fluxo, destacando a escolha do Maranhão para a visita por ser uma localidade endêmica para a doença.

"Na apresentação, nós frisamos a questão dos fluxos e a inserção de novas tecnologias, visando nivelar a questão de conhecimento entre os profissionais que trabalham na bancada a fim de que eles saibam quais foram as mudanças que aconteceram no diagnóstico e, dessa forma, harmonizar o diagnóstico no país como um todo", explicou Karen.

A agenda também faz parte das ações alusivas ao Programa "Plano Brasil livre da Tuberculose", que tem como meta alcançar menos de 10 casos por 100 mil habitantes e menos de 230 mortes pela doença, ambos os objetivos até o ano de 2035 em todo o país.

A iniciativa foi dividida em quatro fases de execução, onde a primeira foi de 2017-2020, a segunda no período de 2021-2025, a terceira de 2026-2030 e a quarta de 2031-2035.

A técnica do Programa Estadual da Hanseníase e Tuberculose da Superintendência de Epidemiologia e Controle de Doenças da SES, Ana Carolina Marinho Almeida, pontuou a importância do IOC/LACEN para o controle da doença no estado.

"O IOC/LACEN é uma instituição importantíssima no enfrentamento da Tuberculose. É a partir desse apoio que conseguimos realizar as ações de controle da doença, ao passo que também fortalecemos o diagnóstico e capacitação profissional no âmbito da rede laboratorial", destacou Ana Carolina.

Participam da agenda representantes de equipe técnica responsável pelo laboratório de Tuberculose e Microbacterioses Não Tuberculosas (MNT) do IOC/LACEN-MA, de equipe técnica responsável pelo Laboratório de Referência Regional (LRR), o LACEN-DF; e a equipe técnica responsável pelo Laboratório de Referência Nacional (LRN).

Fonte: Secom/MA





O Debate
do Maranhão

Projeto Ler é Viver movimenta agosto com programação "Contos e lendas da tradição oral"



O mês de agosto no Projeto Ler é Viver será marcado pela programação "Contos e lendas da tradição oral", com atividades nas comunidades Coqueiro, Pedrinhas e Vila Maruaí, zona rural de São Luís. A primeira parada será nesta quarta-feira (14), às 14h, na UEB Hortência Pinho (Coqueiro), com atividades diversas.

Na sequência, o Ler é Viver movimentará a União dos Moradores de Pedrinhas, no sábado (17), às 8h30. Já no sábado (24), às 8h30, será a vez da União de Moradores da Vila Maruaí receber a ação.

Também no sábado (24), às 8h30, na UEB Arthur Azevedo, Vila Cabral Miranda (Pedrinhas), será ministrada a oficina "Leitura e Autoestima", pela assistente social Edna Matos. "Nossa proposta é discutir, com base num referencial teórico, a importância da leitura para a formação da autoestima, buscando refletir sobre o seu descobrir, o que ela é, como a presença ou ausência dela faz uma diferença tão grande na vida das pessoas, como se manifesta de forma saudável, e, especialmente, trabalhar a literatura infantil para despertá-la na criança e no jovem", ressaltou Edna Matos.

O roteiro da programação "Contos e lendas da tradição oral" inclui atividades como oficinas de leitura e criatividade, dramatização, teatro de bonecos e exposição de livros, com direito ao rico acervo de clássicos do Carro-Biblioteca. "Em agosto, temos uma programação especial, com o objetivo de reforçar o conhecimento a partir do caráter lúdico das lendas e da tradição oral, tão presentes em nosso cotidiano", declarou a bibliotecária Rosa Maria Ferreira Lima, coordenadora do projeto Ler é Viver, que é realizado pela Sociedade de Amigos das Bibliotecas do Maranhão (SAB/MA), com apoio do Instituto Alcoa e parceria da Secretaria de Educação de São Luís (Semed).

Teatro Arthur Azevedo recebe concerto sinfônico em celebração aos 50 anos de relações diplomáticas entre China e Brasil

Obras musicais chinesas e peças do cancioneiro nordestino brasileiro encantaram o público que lotou o Teatro Arthur Azevedo (TAA), em São Luís, na noite dessa terça-feira (13), para prestigiar o concerto "Celebração Sinfônica dos 50 anos de relações diplomáticas China-Brasil". A apresentação integra a série de eventos realizada nos dois países em comemoração a meio século de relações diplomáticas entre as duas nações.

Promovido pelo Consulado-Geral da República Popular da China, em parceria com o Governo do Estado do Maranhão, o concerto sinfônico foi apresentado por músicos da Orquestra Filarmônica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), sob regência do maestro André Muniz e participação do pianista maranhense Willame Belfort.



Teatro Arthur Azevedo recebe concerto sinfônico em celebração aos 50 anos de relações diplomáticas entre China e Brasil. (Foto: Rodrigo Ribeiro) Fonte: Secom/MA.

No palco, a Filarmônica UFRN executou clássicos chineses como "Jasmim", "Eu Te Amo, China", "Diálogo de Flores" e "Minha Pátria". O concerto também foi marcado pela música brasileira raiz, com a orquestra interpretando obras nordestinas, a exemplo das músicas "Gonzaguiana" e "Suíte Nordestina".

Representando o governador Carlos Brandão, o secretário-chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira, assistiu ao concerto e destacou a relevância econômica e cultural da parceria sino-brasileira para o estado. Madeira lembrou que o Maranhão mantém forte relação institucional com o governo chinês, maior parceiro comercial do Maranhão.

"A parceria Brasil-China e Maranhão-China é necessária. Ela é boa para o Maranhão, para o Brasil e para a China. A China tem uma cultura milenar, tem muito a acrescentar ao Brasil, e aqui nós temos oportunidades que podem ser exploradas e aproveitadas pela China, como tem acontecido. O governador Carlos Brandão já foi oito vezes à China, mostrando o apreço do Maranhão por esse povo de cultura tão rica, tão longeva e admirável", frisou Sebastião Madeira.

Formado exclusivamente por alunos da UFRN, oriundos dos cursos técnico, licenciatura, Bacharelado e Mestrado em Música, a Filarmônica UFRN se apresentou no tablado centenário do TAA com cerca de 50 instrumentistas. Com entrada gratuita, o espetáculo atraiu grande público, entre eles, estudantes do curso de mandarim ofertado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti).

Um dos alunos do curso que estava na plateia foi o procurador do Estado, Francisco Stênio Oliveira. Ele estuda mandarim há alguns anos e até já viajou ao país asiático para aperfeiçoar o idioma. Ele elogiou a programação comemorativa em alusão aos 50 anos de relações culturais e institucionais entre as duas nações, e enalteceu as potencialidades da China, país com forte expansão econômica e que há 12 anos se consolidou como a segunda maior potencial do mundo.

Imesc recebe representante do Ministério do Meio Ambiente e apresenta monitoramento do Zoneamento Ecológico-Econômico

O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc) recebeu, na última segunda-feira (12), representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) - Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial -, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), da Secretaria Estadual do Planejamento (SEPLAN) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), para discutir o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Maranhão.

No encontro, o Imesc apresentou o projeto de monitoramento do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, com a metodologia que envolve acompanhamento de ações governamentais, produção de bases cartográficas e de indicadores socioambientais. No evento também foi assinado um convênio entre o Imesc e a UEMA que visa à integração de bases cartográficas e a construção do Painel de Indicadores e Monitoramento do ZEE-MA.

Bruno Siqueira, representante do Ministério do Meio Ambiente, destacou sua satisfação em contribuir para o ZEE, ressaltando a importância do diálogo com o Imesc. "É muito bom ver os avanços que ocorreram no Maranhão em relação ao ZEE e é um prazer estar aqui para contribuir com essa nova etapa de trabalho. Recentemente, dialogamos com o Imesc, trocando experiências bem-sucedidas que influenciam a elaboração de políticas públicas", destacou.

Dionatan Carvalho, presidente do Imesc, enfatizou a relevância do diálogo com o Ministério do Meio Ambiente, afirmando que essa colaboração traz grandes benefícios. "É uma grande satisfação receber o Ministério do Meio Ambiente. Suas contribuições técnicas produzirão significativa melhoria na nossa metodologia de monitoramento, o que nos possibilitará maior assertividade no nosso compromisso de criar uma cultura organizacional que utilize os dados, informações e produtos do ZEE/MA".

Walter Canales, reitor da UEMA,, mencionou a importância do trabalho realizado pelas instituições para o desenvolvimento do Maranhão, beneficiando universidades, pesquisadores e alunos. "O trabalho foi fundamental para as universidades, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação envolvidos, representando uma satisfação para a universidade ao contribuir para essa importante ferramenta de desenvolvimento do Maranhão".

Estiveram presentes na reunião o representante do Ministério do Meio Ambiente, Bruno Siqueira; o presidente do Imesc, Dionatan Carvalho; o reitor da UEMA, Walter Canales; a secretária adjunta de Recursos Ambientais da Sema, Oquelina Costa; a superintendente de Programas da Seplan, Daniele Amorim; e coordenadores do ZEE.

Sobre o ZEE

O ZEE é um instrumento essencial da Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentado pelo Decreto n.º 4.297/2002, que busca alinhar o desenvolvimento socioeconômico à proteção ambiental. Seu processo abrange diagnósticos do território, prognósticos, audiências públicas, bases de dados digitais e relatórios de zonificação, indicando usos potenciais do solo.

Após a conclusão e a aprovação das leis dos ZEEs da etapa Bioma Amazônico e da etapa Bioma Cerrado e Sistema Costeiro, os próximos passos referem-se ao desenvolvimento de metodologia de monitoramento do ZEE/MA, que perpassa pelo processo de integração de bases cartográficas temáticas produzidas, definição de indicadores e institucionalização de uma rede colaborativa entre secretarias e órgãos do poder público para o processo de monitoramento do ZEE em todo território estadual.

Fonte: Secom/MA

Nova Indústria Brasil ganha mais crédito e novos parceiros

A política industrial brasileira entra em uma nova etapa, com aumento de recursos públicos, novos parceiros, mapeamento de cadeias produtivas, definição de desafios de cadeias produtivas prioritárias e estabelecimento de metas de médio e longo prazo para cada uma das seis missões da Nova Indústria Brasil (NIB).

Em cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, anunciaram incremento de R$ 42,7 bilhões para o Plano Mais Produção (P+P), coordenado pelo BNDES e que financia a política industrial.

A soma passa a R$ 342,7 bi, com recursos do BNDES, da Finep e Embrapii, e reforço das linhas de crédito do Banco do Nordeste/ BNB (R$ 16,7 bi) e do Banco da Amazônia/ Basa (R$ 14,4 bi), dando mais capilaridade e diversidade regional à NIB. Lançado em janeiro deste ano, junto à NIB, o Plano Mais Produção já contava com R$ 300 bi do BNDES, Finep e Embrapii. O total aportado pela Finep subiu de R$ 40 bi para R$ 51,6 bi.

No evento, com a presença da ministra da Saúde, Nísia Trindade, da ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, da ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, do ministro da Casa Civil, Rui Costa, do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, também foram anunciadas novidades para a Missão 2 da NIB – cujo objetivo é alavancar os investimentos no Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS) para aumentar a produção brasileira nesse setor e ampliar o acesso da população a remédios, exames e tratamentos, entre outros serviços.



Total de recursos para a Nova Indústria Brasil sobe para R$ 342,7 bilhões, com reforço de linhas de crédito de novos parceiros

Este é o primeiro de uma série de anúncios a serem feitos de maneira escalonada, a partir de cada uma das missões da NIB.

» Recursos para NIB sobem para R$ 342,7 bilhões, com reforço de linha de crédito de novos parceiros, BNB e Basa, e aumento dos recursos da FINEP

» Investimentos públicos para a Missão 2 da NIB alcançam R$ 16,4 bi

» Indústrias da saúde anunciam investimentos de R$ 39,5 bi

» BNDES terá mais R$ 1,5 bi em novas operações do Complexo da Saúde até o final do ano

» Metas para o CEIS preveem elevar a produção nacional de 45% para 50% até 2026 e a 70% até 2033.

R$ 57,4 BILHÕES - Desde janeiro de 2023, o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) já conta com financiamento público de R$ 16,4 bilhões. São R$ 8,9 bi do PAC Saúde, R$ 4 bi do BNDES e R$ 3,5 bi da Finep. Esses valores incluem os contratos assinados na reunião de hoje por BNDES e Finep (leia abaixo).

Além disso, indústrias do setor da saúde anunciaram investimentos privados no valor de R$ 39,5 bilhões. Desse total, R$ 33,5 bi (2024-2026) são aportes do Grupo FarmaBrasil, Interfarma e Sindusfarma. Outros R$ 6 bi irão para o Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS/ Santa Cruz e Fiocruz), para ampliar a oferta de vacinas e biofármacos. A produção estimada é de 120 milhões de frascos por ano, para atender prioritariamente às demandas da população brasileira por meio do SUS.

Ao todo, os recursos para a CEIS somam R$ 57,4 bi, o maior volume de investimentos públicos e privados na última década, para a retomada da política de desenvolvimento para o setor.

No âmbito do Plano Mais Produção, o BNDES pretende adicionar duas novas ações para a Missão 2, nos eixos de Inovação e Produtividade. Ainda em 2024, o banco espera adicionar mais R$ 1,5 bilhão em novas operações do Complexo da Saúde, alcançando R$ 5,5 bilhões em dois anos.

Entre as ações, está a estruturação de um Fundo de Investimento em Biotecnologia para impulsionar startups, com ênfase em soluções baseadas em ciência e tecnologias de alta complexidade, como a biotecnologia. Estima-se que o fundo tenha valor de R$ 250 milhões, com participação do BNDES, da Finep e de investidores privados.

No evento, o BNDES assinou contratos de financiamento no valor de R$ 1,4 bi, com três empresas, EMS; Aché; e Eurofarma, direcionados a pesquisa, desenvolvimento e produção de remédios contra diabetes, câncer, anti-inflamatórios e antialérgicos, entre outros fármacos.

Já a Finep assinou oito operações de subvenção e crédito, no valor de R$ 577 bilhões, com as empresas Timpel, Nintx Pesquisa e Desenvolvimento; Bionovis; Herbarium; SEM; União Química Farmacêutica Nacional; e Scitech Produtos Médicos. Os recursos, serão usados para desenvolvimento de medicamentos biotecnológicos de alta complexidade, anticorpos monoclonais, fitocosméticos, remédios genéricos, stents, catéteres, balões farmacológicos, equipamentos de diagnóstico por imagem e outros produtos. No total, são R$ 3,5 bilhões da Finep em dois anos para a saúde.

ADENSAMENTO PRODUTIVO - A Nova Indústria Brasil contará agora com as Cadeias de Adensamento Produtivo para cada uma das seis missões. As cadeias foram escolhidas com base nos objetivos específicos das missões, na existência de capacidades locais construídas, potencial de geração de exportações de alta intensidade tecnológica, com impacto na cadeia produtiva, e na geração de empregos qualificados.

Para a cadeia de adensamento da Missão 2, foram definidos as seguintes cadeias prioritárias: medicamentos e princípios ativos biológicos; vacinas, hemoderivados e terapias avançadas; e dispositivos médicos. Eles estão alinhados à Matriz de Desafios Produtivos e Tecnológicos do SUS, elaborada pelo Ministério da Saúde. Fonte: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Sebrae: São Luís vai receber Encontro Nordestino do Setor de Leite e Derivados em setembro

A 18ª edição do Encontro Nordestino do Setor de Leite e Derivados (ENEL), que reúne produtores, empresários e especialistas do setor lácteo, vai acontecer nos dias 2 a 4 de setembro, no Parque Independência, em São Luís, durante a Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema). Promovido pelo Sebrae Maranhão, em parceria com o Governo do Estado, Sindicato das Indústrias de Leite e Derivados do Estado do Maranhão (Sindileite), Associação dos Criadores do Maranhão (Ascem) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o evento tem o objetivo de promover a troca de conhecimentos, tecnologias e inovações na produção de leite e derivados no Nordeste do país, visando fortalecer a cadeia produtiva do leite na região ao incentivar a adoção de inovações que aumentem a competitividade e a sustentabilidade do setor.

Algumas das principais atividades do encontro são palestras e painéis com especialistas, que discutirão tendências de mercado; oficinas e workshops abordando técnicas de produção, melhoria de qualidade e gestão de negócios; feira de negócios com espaço dedicado à exposição de produtos e serviços relacionados ao setor lácteo; rodadas de negócios para estimular novas parcerias comerciais; e visitas técnicas a fazendas e indústrias para conhecer de perto tecnologias e práticas de sucesso no setor.

Na avaliação do gerente da Unidade de Competitividade do Sebrae no Maranhão, José Noleto Oliveira, que apresentou o ENEL em reunião com o Governo do Estado na terça-feira (13), o encontro mostra a força de mobilização do Sebrae. "Será um grande evento com grandes parceiros, valorizando fundamentalmente o pequeno produtor de leite do Maranhão, apresentando seus produtos, suas soluções e a sua criatividade", ressalta. O presidente do Sindileite, Ricardo Ataíde, destaca que o encontro vai trazer mais conhecimento técnico, contribuindo para o desenvolvimento do setor no estado: "É um momento para todos os produtores se qualificarem, irem atrás de novas tecnologias e poderem produzir com mais qualidade".

Para o governador do Maranhão, Carlos Brandão, o trabalho conjunto realizado com o Sebrae, que vai além das ações dentro da Expoema, é muito importante para o estado. "O Sebrae é um grande parceiro do Governo do Estado, das prefeituras. Nos ajuda muito na qualificação profissional e na organização das micro e pequenas empresas, assim como os agricultores familiares. Eu diria que marchamos junto com o Sebrae, porque o Sebrae faz um grande trabalho com o Maranhão. E quem se beneficia com isso é a população. Portanto, respeitamos muito essa parceria e vamos cada vez mais fortalecê-la", garante o gestor.

Fonte: Assessoria de Comunicação Sebrae

Vendas no comércio recuam 1% em junho, diz IBGE

Em maio o setor registrou alta de 0,9%.

O volume de vendas no comércio varejista caiu 1% no país em junho deste ano, na comparação com o mês anterior. Em maio, o setor registrou alta de 0,9%. A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) foi divulgada nesta quarta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O varejo apresentou, no entanto, altas na comparação com junho do ano passado (4%), no acumulado do ano (5,2%) e no acumulado de 12 meses (3,6%).

A queda de 1% maio para junho foi puxada por redução nas atividades de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-2,1%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-1,8%), tecidos, vestuário e calçados (-0,9%) e livros, jornais, revistas e papelaria (-0,3%).



Taxas de crescimento nas outras quatro atividades, no entanto, evitaram perdas maiores para o setor. Os ramos do varejo em alta em junho, na comparação com maio, foram combustíveis e lubrificantes (0,6%), equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (1,2%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (1,8%) e móveis e eletrodomésticos (2,6%).

A receita nominal apresentou queda de 0,1% na comparação com maio, mas avançou 9% em relação a junho de 2023, 8,3% no acumulado do ano e 5,9% no acumulado de 12 meses.

Varejo ampliado

O comércio varejista ampliado, que inclui os ramos de veículos e de materiais de construção, por sua vez, teve aumento de 0,4% em seu volume de vendas, com altas de 4,8% em materiais de construção e de 3,9% em veículos, motos, partes e peças.

O varejo ampliado também cresceu 2% na comparação com junho do ano passado, 4,3% no acumulado do ano e 3,5% no acumulado de 12 meses. Já a receita nominal teve altas de 0,8% em relação a maio, 6% na comparação com junho de 2023, 6,7% no acumulado do ano e 5,5% no acumulado de 12 meses.

Fonte:Agência brasil /Edição: Valéria Aguiar

Comissão aprova projeto que muda regras de nomeação e mandato de presidente e vice de juntas comerciais

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 315/23, que altera a duração do mandato de presidente e vice-presidente das juntas comerciais e permite que os governadores nomeiem livremente qualquer cidadão para os cargos.

A proposta altera a Lei do Registro Público de Empresas Mercantis.

O projeto, de autoria do deputado Merlong Solano (PT-PI), recebeu parecer pela constitucionalidade do deputado Delegado Ramagem (PL-RJ).

Como tramitou em caráter conclusivo, o projeto poderá seguir ao Senado, a menos que haja recurso para votação pelo Plenário da Câmara.

- Saiba mais sobre a tramitação de projetos de lei

Na prática, o texto permite que governadores de estado ou do Distrito Federal nomeiem como presidente e vice-presidente das juntas comerciais qualquer pessoa de sua confiança, e não apenas membros do chamado conselho de vogais – órgão deliberativo superior das juntas comerciais, responsável pelo julgamento de recursos.

"É legítimo o texto proposto ao pretender que cargos em comissão sejam ocupados por pessoas de confiança da autoridade competente para a nomeação, no caso, os governadores dos entes federados estaduais", afirma Ramagem.

Os vogais são normalmente escolhidos entre representantes de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, conselhos regionais de Economia e Contabilidade, além de federações e sindicatos.

Tempo do mandato

Outra alteração estabelece que ainda que os mandatos do presidente e do vice-presidente estejam vinculados à duração das nomeações aos respectivos cargos.

Atualmente, a lei estabelece para todos os vogais, incluindo presidente e vice, mandato de 4 anos, com uma recondução.

"Ao permitir que o governador de Estado nomeie e exonere livremente os cargos em comissão, é possível estabelecer uma relação direta de responsabilidade política entre os ocupantes desses cargos e os governantes", explica o relator. "Assim, há mérito na exclusão da limitação existente para a escolha", defendeu Ramagem. Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Reportagem – Paula Moraes Edição – Natalia Doederlein

Últimas



O Debate do Maranhão

EMAP realiza 1º Prêmio Porto do Itaqui de Destaque Compliance: reconhecimento à excelência em conformidade



Nesta quarta-feira, dia 14, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) realizou o lançamento do 1º Prêmio Porto do Itaqui de Destaque Compliance, em sua sede. Esta iniciativa inédita visou reconhecer as empresas atuantes na área da Poligonal do Porto do Itaqui que se destacaram na implementação de programas de Compliance.

O prêmio homenageou operadoras, contratadas, arrendatárias, fornecedores e terceirizadas que contribuíram para o fortalecimento das práticas de governança corporativa através da cultura de conformidade e integridade.

O objetivo principal do Prêmio Porto do Itaqui de Destaque Compliance foi valorizar e incentivar as melhores práticas de Compliance no Complexo Portuário do Itaqui, promovendo a transparência, a ética e a integridade nas relações comerciais e institucionais com a EMAP.Todas as pessoas jurídicas de direito privado que desenvolveram atividades com a EMAP nos anos de 2023 e 2024, e que possuíam programas de Compliance desenvolvidos, participaram da premiação.

A iniciativa foi aberta a empresas de todos os portes, incluindo microempresas, empresas de pequeno porte, empresas de médio porte e grandes empresas.

Os vencedores receberam uma placa de reconhecimento e um certificado de destaque Compliance, conforme a sua classificação.

Teresa Nina, gerente de compliance do Porto do Itaqui, comentou sobre a importância do prêmio: "Uma iniciativa pensada para reconhecer e destacar as empresas que buscam o trabalho de excelência do compliance como grandes parcerias do Porto do Itaqui".

Na cerimônia, Hadrya Lopes, representante da COPI, uma das empresas premiadas, celebrou a conquista da empresa: "A COPI está muito feliz com o recebimento desse prêmio, isso é um reconhecimento de trabalho de toda uma equipe que só foi possível graças ao alto nível da nossa gestão, dos nossos gerentes e líderes, e de todos os colaboradores que compraram a ideia do compliance".

Sérgio Barros, encarregado de Compliance da SAAM Towage S/A, destacou o significado da premiação: "A premiação trouxe para a SAAM a honra de ter essa iniciativa e todo o trabalho do nosso programa de compliance reconhecido pelo Porto do Itaqui".

Os vencedores em cada categoria foram: Arrendatária Grande Porte: SAAM Towage S/A; Contratadas Grande Porte: MAxtec Serviços Gerais e Manutenção Industrial LTDA; Contratadas Pequeno Porte: Klaus Makella; Contratadas Micro Empresa: Smart SEA Maritime; Operador Portuário: COPI Operações Integradas.

Alexandre de Moraes reafirma legalidade de atos no TSE

"Não há nada a esconder", disse o ministro na sessão do STF



O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), reafirmou nesta quarta-feira (14) a legalidade da requisição de informações durante o período em que presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nessa terça-feira (13), o jornal Folha de S.Paulo publicou uma reportagem na qual acusa Moraes de usar "formas não oficiais" para determinar a produção de informações para investigar aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro durante as eleições de 2022, período em que o ministro foi presidente do TSE.

Durante a sessão de hoje do STF, Alexandre de Moraes disse que todos os procedimentos estavam relacionados à reiteração de atos ilícitos de investigados pela Corte nos inquéritos sobre a atuação de milícias digitais e disseminação de fake news.

"Nenhuma das matérias preocupa o meu gabinete, me preocupa ou a lisura de nenhum dos procedimentos", declarou.

O ministro também justificou que as requisições das informações dos perfis dos acusados nas redes sociais eram necessárias para preservar as provas. Moraes citou que as postagens incentivaram golpe de Estado, atos contra a democracia e ameaças contra membros da Corte.

"Não há nada a esconder. Todos os documentos oficiais juntados, a investigação correndo pela Polícia Federal. Todos eram investigados previamente, e a procuradoria [estava] acompanhando", completou.

Durante a sessão, Moraes também recebeu o apoio dos ministros Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes.

Barroso classificou a situação de "tempestade fictícia" e disse que os dados solicitados por Alexandre de Moraes eram públicos, estavam nas redes socais e se referiam a pessoas que são investigadas pela Corte.

Mendes também defendeu a atuação de Moraes e disse que o ministro é alvo de "críticas infundadas" sobre sua atuação.

Fonte: Agêrncia Brasil/ Edição: Juliana Andrade

Barroso defende conduta de Moraes e diz que há "tempestade fictícia"

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, e o ministro Gilmar Mendes defenderam nesta quarta-feira (14) a atuação do ministro Alexandre de Moraes na Corte. As declarações foram feitas durante a abertura da sessão desta tarde.

Nessa terça-feira (13), o jornal Folha de S.Paulo publicou uma reportagem na qual acusa Moraes de usar "formas não oficiais" para determinar a produção de informações para investigar aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro durante as eleições de 2022, período em que o ministro foi presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os dados foram utilizados em inquéritos que investigam a disseminação de fake news e a atuação de milícias digitais durante o governo do ex-presidente.

Barroso classificou a situação como "tempestade fictícia" e disse que os dados solicitados por Alexandre de Moraes eram públicos, estavam nas redes socais, e se referiam a pessoas que são investigadas pela Corte.

"Não houve investigação de natureza policial. Era acompanhamento de postagens em redes sociais para verificar se havia uma conduta a ser investigada no âmbito dos inquéritos do STF", afirmou.

O presidente do Supremo também garantiu que não houve pedido de direcionamento a qualquer pessoa e que as solicitações de dados eram oficializadas no momento processual próprio.

"A alegada informalidade é porque ninguém oficia para si próprio. As informações não eram formalizadas no momento da solicitação. Mas, quando as informações chegavam, eram imediatamente formalizadas, inseridas no processo e dada vista ao Ministério Público", completou.

Gilmar Mendes

O ministro Gilmar Mendes também defendeu a atuação de Moraes e disse que o ministro é alvo de "críticas infundadas" sobre sua atuação na Corte. Segundo o ministro, os ataques direcionados a Moraes buscam fragilizar a democracia.

"A condução das investigações por parte do ministro tem sido pautada pela legalidade, pelo respeito aos direitos e garantias e pelo compromisso inegociável com a verdade", afirmou.Fonte: Agência Brasil/ Edição: Carolina Pimentel